

STEP-UP VII FIDC NP

CNPJ 26.607.493/0001-40

Condomínio:	Fechado	Administrador:	Banco J. Safra S/A
Prazo:	Indeterminado	Gestor:	Banco J. Safra S/A
Data de Registro:	28/11/2016	Custodiante:	Banco Safra S/A
Classe	Única	Auditor:	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
		Assessor Legal:	Lefosse Advogados
Política de Investimento:	<p>Direitos Creditórios – O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que sejam previamente aprovados pelo Comitê de Investimentos. Cabe também ao Comitê de Investimentos aprovar a estratégia a ser adotada pelo Fundo no âmbito das Ações Judiciais adquiridas pelo Fundo, inclusive a aceitação ou não de qualquer acordo judicial ou extrajudicial a ser celebrado no âmbito das Ações Judiciais Geral, além das diretrizes de investimento e desinvestimento do Step-Up VII FIDC NP inclusive no que diz respeito à composição da carteira, observado o disposto na política de investimento do Fundo.</p> <p>As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo para qualquer pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Step-Up VII FIDC NP.</p> <p>Outros Ativos – Fundo poderá manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos de Crédito exclusivamente em: i) em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; ii) operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e iii) cotas de fundos de investimentos administrados por instituições financeiras nacionais de primeira linha, de longo prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimentos admitam alocação de recursos exclusivamente nos ativos destacados nos itens “i” e “ii”.</p>		
Critérios de Elegibilidade:	<p>O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido objeto de aprovação prévia pelo Comitê de Investimento do Fundo.</p> <p>A cessão dos Direitos Creditórios deverão observar os Critérios de Elegibilidades e Condições de Cessão, sendo que no caso de ações judiciais, a cessão dos Direitos Creditórios será obrigatoriamente formalizada por meio de Escritura Pública de Cessão.</p>		
Limites de Concentração:	<p>O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios e Outros Ativos de um mesmo Sacado, ou de coobrigação de uma mesma Pessoa, até o limite de 100,0% do PL observado o disposto no parágrafo primeiro do Artigo 40-A da Instrução CVM 356/01, posteriormente alterada pela Instrução CVM 531/13.</p>		
Benchmark	Não há		
Subordinação	Não há. O FIDC possui apenas uma única classe, não admitindo subclasses.		
Nr. De Cotistas (jun/19)	01 (um)		

Regulamento 21/11/2017

Ratings

Classe / Série	2T19 (atual)	1T19	4T18	Fev/18 (inicial)
Única	brCCC(sf) Estável	brCCC(sf) Estável	brCCC(sf) Estável	brCCC(sf) Estável

Validade do Rating: 31/jan/2020

Analistas

Leonardo dos Santos	Pablo Mantovani
Tel.: 55 11 3377 0706	Tel.: 55 11 3377 0708
leonardo.santos@austin.com.br	pablo.mantovani@austin.com.br

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 25 de julho de 2019, afirmou o rating '**brCCC(sf)**', com perspectiva **estável**, para as Cotas de Classe Única do Step-Up VII – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (Step-Up VII FIDC NP / Fundo).

As Cotas de Classe Única do Fundo não possuem *benchmark* de remuneração, assim, para caracterizá-las como obrigações de dívida, tornando-as passíveis de classificação de risco de crédito, a Austin Rating adotou a Taxa DI como parâmetro para a definição de default do Fundo.

O presente monitoramento compreendeu a análise da evolução dos riscos relativos ao Step-Up VII FIDC NP no 2º trimestre de 2019 (período compreendido entre os meses de abril e junho). O Fundo foi registrado na Comissão de Valores Mobiliários em 28 de novembro de 2016 e no final de jun/19 mantinha 53 Cotas, com valor unitário de R\$ 992.692,30, compondo um patrimônio líquido de R\$ 52.363.124,11.

O Fundo possui exclusivamente um único ativo, a ação judicial nº 2002.34.00.031725-0 originado a partir da ação ordinária nº 96.0016761-3 em nome da S/A Leão Irmãos Açúcar e Álcool (Usina Leão). Com base na Lei nº 4.870/65, o Governo Federal (União) estipulava preços do setor sucroalcooleiro, por meio do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA. Esta lei definia o critério para fixação de preços, que deveriam ser embasados por pesquisas contábeis e outras

técnicas complementares da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Entretanto, houve divergência entre os valores alcançados pelos estudos da FGV e os valores pagos pela União Federal, sendo que, é nesta diferença que a ação que dá lastro ao Fundo tem origem. A ação ainda aguarda o trânsito em julgado, de modo que aguarda embargos à execução, uma vez que a União contesta o montante total solicitado pela Usina Leão. A Ação tem valor de R\$ 618,5 milhões, atualizado até jun/03, montante no qual, segundo o Assessor Legal informa que independentemente de nova análise contábil, os danos diretos foram identificados por especialistas e reconhecido pelo Tribunal Federal Regional.

O rating considerou a legislação vigente para o pagamento dos precatórios (EC 62/2009, EC 94/2016 e EC 99/2017), bem como para as cessões (presente no Código Civil), ambiente jurídico, histórico dos precatórios, aspectos vinculados à estrutura formal da criação do Fundo e dos procedimentos de cessão, entre outros, sendo que eventuais alterações no marco legal ou regulatório poderão impactar no perfil de risco das Cotas avaliadas de forma significativa. As informações enviadas foram consideradas satisfatórias para a análise, em aderência à metodologia de classificação de risco.

Em relação à jurisprudência, em 12 de dezembro de 2017 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 99 (EC 99/2017) que alterou o Regime Especial de pagamento de precatórios previsto na EC 94/2016, promovendo alterações nos artigos 101, 102, 103 e 105 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A alteração de maior relevância diz respeito ao prazo para quitação dos precatórios, para 31 de dezembro de 2024, de modo que a correção dos precatórios ocorra pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Ao longo das últimas décadas foram estabelecidos alguns regimes especiais de pagamento para precatórios, sendo que o primeiro ocorreu por meio da EC 30/2000, com o prazo de 10 anos, o segundo, pela EC 62/2009, estabelecendo o prazo de 15 anos e o terceiro, dado pela EC 94/2016, após a declaração de inconstitucionalidade da EC 62/2009, definindo o prazo até dezembro de 2020.

A classificação '**brCCC(sf)**' considera preponderantemente os seguintes fatores de risco: **(i)** Ausência de Cotas Subordinadas. Sem este mecanismo de proteção as Cotas presentes no Fundo deixam de possuir cobertura adicional proporcionada pela participação de Cotas Subordinadas. Assim, eventuais perdas ou desvalorizações dos ativos, mesmo que pequenas, terão incidência direta sobre o valor das Cotas aqui classificadas; **(ii)** embora o único ativo presente no Fundo tenha a seu favor a decisão do mérito, a ação judicial nº 2002.34.00.031725-0 não apresenta trânsito em, de modo que ainda depende de decisões judiciais das instâncias superiores. Portanto, ainda existe a indefinição quanto ao prazo para emissão do precatório relacionado à ação. Assim, ação não apresenta até o momento como um compromisso formal devido pelo Devedor (União), condição que se traduziria em maior segurança no que diz respeito ao seu pagamento; **(iii)** a carteira do Fundo está concentrada em um único Direito Creditório e em um único devedor (União). Nesse sentido, a capacidade de pagamento do ente está relacionada preponderantemente ao seu nível de geração de receitas, nível de endividamento e da relação Dívida Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida (DCL/RCL); **(iv)** o crédito subjacente tem como pagador a União. Essa particularidade define o perfil de risco de crédito para a ação judicial nº 2002.34.00.031725-0 presente na carteira do Fundo. Nesse sentido, foi ponderado a atual capacidade de pagamento da União, considerando seu endividamento público bruto, que passou de 51,5% do PIB em dez/13, para 65,5% em dez/15 e ao final de dez/18 atingiu 77,3%. Ademais, o resultado primário do Governo Federal apresenta déficit desde 2014, quando naquele ano foi apurado o resultado negativo de R\$ 23,5 bilhões, passando para R\$ 161,3 bilhões em 2016, recuando em 2017, para R\$ 124,4 bilhões e em 2018, para R\$ 120,3 bilhões, o que apesar de demonstrar redução, ainda é elevado, demonstrando o grande desequilíbrio fiscal da União; **(v)** devido à possibilidade da amortização dos Direitos Creditórios ocorrer em um horizonte de até cinco anos, conforme parecer jurídico, as finanças da União pode apresentar maior deterioração, impactando de forma negativa sua capacidade de pagamento, o que pode afetar o cumprimento do cronograma de pagamento do precatório (ex.: o início dos pagamentos não garante a continuidade dos mesmos) e, conseqüentemente, o perfil de risco do FIDC; **(vi)** Considerando ainda o horizonte para que a ação judicial seja convertida em precatório, o Fundo ficará exposto ao risco de alteração do ambiente jurídico, marco legal e jurisprudência, fatores que têm forte impacto neste tipo de ativo pela expectativa de prazo para conversão e recebimento do precatório. Cumpre ressaltar que a Legislação vinculada ao pagamento dos precatórios foi alterada em diferentes ocasiões, o que impactou diretamente a previsibilidade do pagamento dos precatórios; **(vii)** apesar de atualmente possuir um único Direito Creditório e de que, segundo o Gestor, deverá ser a estratégia do Fundo, existe a possibilidade de um amplo espectro de créditos elegíveis reduz a possibilidade de estimativa do perfil de risco da carteira, seus cedentes e respectivos devedores. No entanto, a Austin Rating observa que não deverão ocorrer novas aquisições de Direitos Creditórios e caso ocorram, a classificação vigente poderá sofrer alteração, caso seja observada alteração substancial do risco; **(viii)** Possibilidade de postergação do pagamento do

precatório pelo Devedor (União). Ainda que o Regulamento do Fundo estabeleça critérios de elegibilidade e a presença de um Comitê de Investimentos para aquisição de processos judiciais que não possuam decisão definitiva, não se materializando, portanto, em precatório, não se pode atestar que os créditos adquiridos não serão passíveis de outras ações judiciais que possam impactar no valor da causa ou mesmo no fluxo de pagamento das parcelas. Ressalta-se neste aspecto, o histórico que a Austin Rating vem observando é de tentativas contínuas dos entes públicos de frustração ou postergação do pagamento, por meio de diversos instrumentos jurídicos. Neste caso, mesmo que a decisão judicial seja a favor do cedente, existe o risco de que o prazo do recebimento dos fluxos de pagamentos seja comprometido; **(ix)** por se tratar de um Direito Creditório oriundo de ação judicial, ainda aguardando o trânsito em julgado, há possibilidade de contestação do devedor quanto ao pagamento e valor da indenização, frustrando as expectativas de prazo e valor definidos no momento de sua aquisição pelo Fundo. Da mesma forma, o devedor pode recorrer de decisões favoráveis em instâncias superiores e a decisão pode ser desfavorável ao Fundo. Nesse caso, também pondera-se as custas judiciais aos quais o Fundo terá que arcar além da frustração do recebimento da indenização; **(x)** embora esteja presente a instância de um Comitê de Investimentos, os critérios de elegibilidade não estipulam o estágio em que deve se encontrar as ações judiciais passíveis de aquisição, desta forma, não há qualquer restrição para aquisição de ações em fases iniciais, os quais demandaram maior esforço para recuperação do crédito; **(xi)** Não necessariamente haverá troca de pólo ativo e consequente inclusão do Fundo na ação, o que eleva os riscos ligados ao cedente; e **(xii)** ausência de um mercado difundido para cessões de créditos judiciais. Não obstante demonstrar evolução, este mercado não está consolidado, muito embora o arcabouço legal e jurisprudência contribuam para o amadurecimento deste segmento. Neste sentido, é necessária prudência ao alçar os direitos creditórios oriundos de precatórios judiciais ou ações ainda não convertidas em tais como títulos de liquidez e compará-los aos demais instrumentos de dívida e direito negociados em mercado organizado, os quais não partilham dos mesmos princípios de equivalência, maturidade e liquidez, isto é, ações judiciais e precatórios não podem se assemelhar aos demais títulos transacionados em bolsa ou mercado aberto, por possuírem características e dinâmica distintas dos demais títulos de maior liquidez. A Austin Rating argumenta que as ações judiciais e os precatórios devem ser considerados pelo valor de mercado e não pelo valor de face, considerando o horizonte de pagamento, baixa liquidez e os riscos já apontados anteriormente, como a possibilidade de frustração do pagamento pelo ente devedor através da interposição de ações como forma de protelar a amortização.

Por outro lado, a classificação ponderou como fatores mitigantes de risco: **(i)** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e com amortizações das cotas pelo regime de caixa, adequando-o às particularidades dos seus ativos, particularmente aquelas vinculadas ao cronograma de amortização dos precatórios, mitigando, em alto grau, os riscos de liquidez; **(ii)** embora não tenha sido informada a taxa de desconto aplicada ao Direito Creditório, a Austin Rating considerou-a em sua análise, a partir do perfil do ativo-lastro, uma ação judicial que ainda aguarda o trânsito em julgado. Nesse sentido, tal deságio caracteriza-se como relevante fator de proteção para as cotas, assim como favorece que a meta de rentabilidade seja atingida, considerada pela Austin Rating tomou como parâmetro a Taxa DI; **(iii)** segundo o parecer jurídico emitido pelo escritório Lefosse Advogados em 05 de setembro de 2017 e buscando mitigar o risco de fraude contra credores, foram analisadas informações de 08 de um total de 43 cessionários para verificação de responsabilidades que possam levar à anulação da atribuição do crédito. Nesse sentido foram verificados certidões no âmbito Federal, Estadual e Municipal para verificação de débitos fiscais, trabalhistas, protestos, além de outras informações. Em complemento, foram verificados três acordos relativos a honorários advocatícios baseados no sucesso. No entanto, segundo o escritório Lafosse Advogados, as consultas para processos trabalhistas, cíveis, além de protestos contra a Usina Leão e cessionários pesquisados foram negativas; **(iv)** o acompanhamento do Fundo conta com a participação do Banco J. Safra S/A como administrador e Banco Safra S/A como custodiante, entidades com ampla expertise para tais atribuições, além de possuírem grande conhecimento nesse perfil de fundo e de ativos; **(v)** o Step-Up VII FIDC NP só pode adquirir Direitos Creditórios que tenham sido objeto de análise e aprovado pelo Comitê de Investimentos. Cumpre mencionar que Há que os representantes da referida instância deliberativa não fazem jus a qualquer remuneração; e **(vi)** constituição de Reserva de Caixa, de acordo com a previsão de encargos e despesas no horizonte de doze meses, acrescidos de R\$ 100.000,00, sendo que ao final de jun/19 o montante alocado em renda fixa era de R\$ 34,9 mil.

O Step-Up VII FIDC NP possui histórico limitado, pois iniciou suas atividades em nov/17. Nos últimos 12 meses até jun/19 as Cotas do Fundo apresentaram desvalorização de -0,3% enquanto o CDI acumulado no mesmo período foi de 6,3%.

No último relatório divulgado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes referente ao exercício encerrado

em dez/18 (último disponível), a opinião dos auditores não apresenta ressalva ou ênfase. Como principal assunto tratado pela auditoria, foi destacado o investimento em Direitos Creditórios representados por ações judiciais, ativos que não possuem mercado ativo e que não possuem data de vencimento ou de liquidação. Dessa forma, o critério adotado pelo Administrador foi o registro inicial pelo custo de aquisição e posterior mensuração ao valor justo por meio do resultado. Não obstante, as estimativas e julgamentos foram realizadas com base na opinião de assessores legais responsáveis pelo andamento da ação judicial que lastreia esses direitos creditórios, assim, a auditoria independente considera o monitoramento e avaliação das ações judiciais como uma área de foco de seu processo. Segundo as demonstrações financeiras do exercício encerrado em dez/18, o resultado com a valorização a valor justo foi de R\$ 9,0 mil, não havendo, portanto, resultado com Direitos Creditórios. Já as despesas totalizaram R\$ 149,0 mil no período, sendo a mais representativa aquela associada à taxa de administração, com R\$ 78,0 mil.

Histórico do Direito Creditório

A ação judicial que dá lastro ao Direito Creditório presente no Fundo oriundo da ação ordinária nº 96.0016761-3 em nome da S/A Leão Irmãos Açúcar e Álcool (Usina Leão) contra o Governo Federal. Com base na Lei nº 4.870/65, o Governo Federal (União) estipulava preços do setor sucroalcooleiro, por meio do extinto Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA. Esta lei definia o critério para fixação de preços, que deveriam ser embasados por pesquisas contábeis e outras técnicas complementares da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Entretanto, houve divergência entre os valores alcançados pelos estudos da FGV e os valores pagos pela União Federal, sendo que, é nesta diferença que a ação que dá lastro ao Fundo tem origem. A ação não está transitada em julgado, de modo que aguarda embargos à execução, pois a União contesta o montante total solicitado pela Usina Leão. A ação tem valor de R\$ 618,5 milhões, atualizado até jun/03, montante no qual, segundo o Assessor Legal informa que independentemente de nova análise contábil, os danos diretos foram identificados por especialistas e reconhecido pelo Tribunal Federal Regional.

De acordo com relato do Assessor Legal, em 15 de outubro de 2009, a primeira instância negou o pedido de execução arquivado pela Usina Leão sob o argumento de que a decisão de mérito determinou literalmente que o valor real do dano deve ser determinado durante a fase de execução e que o exame do perito contábil só pode ser usado como prova da existência do dano e não o valor real desse dano. Assim, a Usina Leão interpôs recurso contra essa decisão. Já em 5 de abril de 2013, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), jurisdição de segunda instância, confirmou a decisão de primeiro grau nos mesmos termos. Em 20 de maio de 2013 a Usina Leão apresentou uma embargos de declaração alegando que o exame contábil do perito era suficiente para determinar o método de cálculo dos danos e, portanto, não é necessário um novo cálculo. Já em 16 de agosto de 2017, o TRF-1 decidiu favoravelmente à proposta de esclarecimento. Porém, esta decisão ainda não foi publicada, não sendo possível conhecer a extensão de seus efeitos, de modo que é possível que o Governo Federal tenha apresentado um recurso especial sobre esta decisão.

Cumprir destacar que em 23 de novembro 2007 foi realizado um acordo para aquisição da Usina Leão (*Share Purchase Agreement – SPA*). De acordo com esse contrato, os vendedores tinham direito a todos os créditos existentes da Usina Leão relacionados ao período anterior à venda, incluindo o ativo lastreia o Step-Up VII FIDC NP, a ação envolvendo o litígio do Instituto de Açúcar e Álcool – IAA. O Lefosse Advogados recebeu uma cópia do contrato de cessão entre Usina Leão e 43 indivíduos, de 22 de março de 2009, de modo que esse documento informa que 70,0% do crédito foi transferido para os indivíduos. Porém, o Assessor Legal informa que não recebeu os anexos do acordo de compra em que as partes são devidamente identificados. Alguns dos indivíduos que executaram o acordo de compra são os mesmos que figuram como Cessionários no acordo assinado em mar/09. O parecer menciona que o acordo de venda foi assinado por 39 pessoas, informando que essa diferença deve ser verificada.

Por fim, o parecer legal, é estimada uma decisão final do TRF-1 nos embargos à declaração entre dois e quatro anos, período em que se encerrará a fase de execução, sendo possível a emissão do precatório para pagamento.

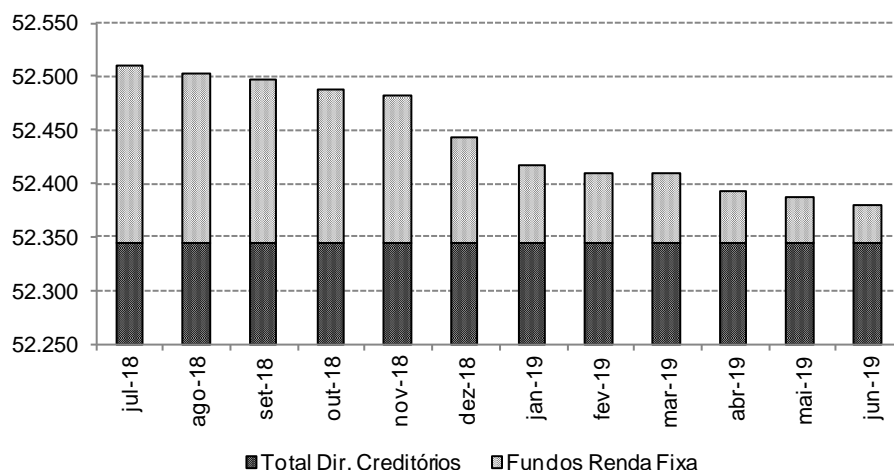
Perspectiva e Fatores de Sensibilidade do Rating

A perspectiva **estável** do rating traduz a expectativa da Austin Rating de que a classificação das Cotas Série Única do Step-Up VII FIDC NP não se modificará no curto prazo. No entanto, ações de rating poderão ser realizadas, entre outros fatores, em função de: (i) modificação da jurisprudência que possa afetar o marco normativo e regulatório da ação que dá lastro ao Fundo, afetando, portanto, seu fluxo de recebimento; (ii) modificações na estrutura do Fundo, sobretudo no que se refere à política de investimento; e (iii) alterações significativas dos limites de concentração – tanto individual quanto por esfera de governo – atualmente praticados pelo Fundo.

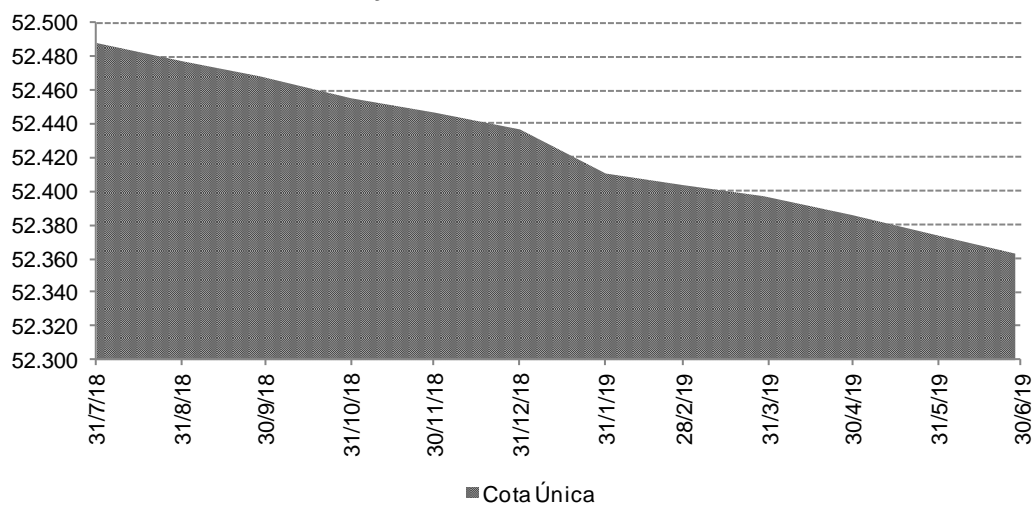
PERFORMANCE DO FUNDO

Posição da Carteira (R\$)						
Títulos/Datas	31/01/2019	28/02/2019	29/03/2019	30/04/2019	31/05/2019	28/06/2019
Direitos Creditórios	52.344.768	52.344.768	52.344.768	52.344.768	52.344.768	52.344.768
Total Dir. Creditórios	52.344.768	52.344.768	52.344.768	52.344.768	52.344.768	52.344.768
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	-
Fundos Renda Fixa	71.279	64.276	64.560	48.446	42.114	34.973
Total Geral da Carteira	52.416.047	52.409.044	52.409.328	52.393.214	52.386.882	52.379.741
Patrimônio Líquido	52.410.583	52.403.716	52.397.163	52.385.991	52.373.870	52.363.124

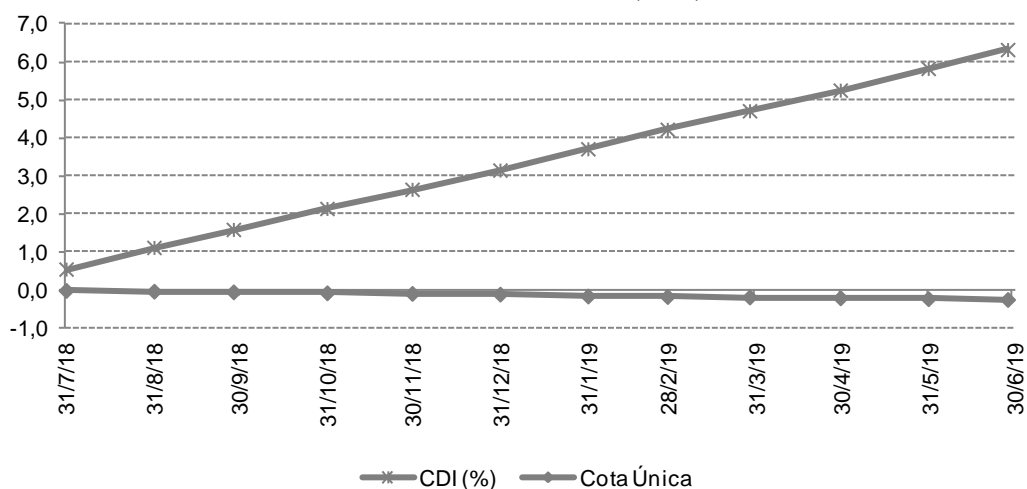
Posição da Carteira (% do PL)						
Títulos/Datas	31/01/2019	28/02/2019	29/03/2019	30/04/2019	31/05/2019	28/06/2019
Direitos Creditórios	99,9%	99,9%	99,9%	99,9%	99,9%	100,0%
Total Dir. Creditórios	99,9%	99,9%	99,9%	99,9%	99,9%	100,0%
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	-
Fundos Renda Fixa	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Total Geral da Carteira	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Patrimônio Líquido	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Composição da Carteira (R\$ mil)


Posição do PL					
Data	Cotas Única			Única (%PL)	Total (R\$ Mil)
	Quant.	\$ / Unid. (R\$)	\$ Total (R\$)		
28/6/19	53	992.692	52.363.124	100,0%	52.363.124
31/5/19	53	992.896	52.373.870	100,0%	52.373.870
30/4/19	53	993.126	52.385.991	100,0%	52.385.991
29/3/19	53	993.338	52.397.163	100,0%	52.397.163
28/2/19	53	993.462	52.403.716	100,0%	52.403.716
31/1/19	53	993.592	52.410.583	100,0%	52.410.583
31/12/18	53	994.087	52.436.718	100,0%	52.436.718
30/11/18	53	994.277	52.446.730	100,0%	52.446.730
31/10/18	53	994.438	52.455.183	100,0%	52.455.183
28/9/18	53	994.684	52.468.184	100,0%	52.468.184
31/8/18	53	994.853	52.477.117	100,0%	52.477.117
31/7/18	53	995.058	52.487.901	100,0%	52.487.901

Evolução no Valor do PL Total (R\$ mil)


Rentabilidade Mensal da Cota					
Data	CDI (%)		Cota Única (%)		
	Rent. (%)	Acum. (%)	Rent. (%)	% CDI	Acum. (%)
28/6/19	0,47	6,32	-0,02	-4,38	-0,26
31/5/19	0,54	5,82	-0,02	-4,26	-0,24
30/4/19	0,52	5,25	-0,02	-4,11	-0,21
29/3/19	0,47	4,71	-0,01	-2,67	-0,19
28/2/19	0,49	4,22	-0,01	-2,65	-0,18
31/1/19	0,54	3,71	-0,05	-9,18	-0,17
31/12/18	0,49	3,15	-0,02	-3,87	-0,12
30/11/18	0,49	2,64	-0,02	-3,27	-0,10
31/10/18	0,54	2,14	-0,02	-4,56	-0,08
28/9/18	0,47	1,59	-0,02	-3,64	-0,06
31/8/18	0,57	1,11	-0,02	-3,62	-0,04
31/7/18	0,54	0,54	-0,02	-3,61	-0,02

Rentabilidade Acumulada (em %)


INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS COMPLEMENTARES

1. O Comitê de Classificação de Risco que decidiu pela afirmação da classificação de risco de crédito das Cotas de Classe Única do Step-Up VII – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados se reuniu na sede da Austin Rating, no dia 25 de julho de 2019 compondo-se dos seguintes membros: Leonardo dos Santos (Analista Sênior), Pablo Mantovani (Analista Sênior), Mauricio Carvalho (Analista Júnior) e Wellington Ramos (Analista Júnior). Esta reunião de Comitê está registrada na ata nº 20190725-8.
2. A presente classificação atribuída está contemplada na “Escala Nacional de Ratings de Crédito de Cotas de FIDCs”, disponível em: <http://www.austin.com.br/escalas>.
3. A classificação de risco de crédito das Cotas decorre da utilização da metodologia genérica comumente aplicada por essa agência em suas classificações de Securitização de Recebíveis, disponível em: <http://www.austin.com.br/metodologias>.
4. Não é a primeira vez que a Austin Rating classifica esta espécie de ativo e seus ativos subjacentes. Essa agência já atribuiu anteriormente classificações de risco de crédito para Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios lastreadas em ações judiciais e/ou precatórios.
5. As classificações de risco de crédito atribuídas pela Austin Rating estão sujeitas a diversas limitações, conforme descrito no final deste documento (*Disclaimers*).
6. As fontes de informações foram consideradas confiáveis pela Austin Rating. Os analistas utilizaram informações provenientes da SOCOPA (Administrador). Adicionalmente, os analistas fizeram uso de informações públicas, especialmente daquelas obtidas no website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
7. As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas suficientes para a presente ação de rating. Dentre as informações utilizadas para esta análise, destacam-se: i) informações disponibilizadas pelo Custodiante, pelo Administrador e pelo Gestor do Fundo como Posição da Carteira Diária (base: jul/19); ii) Atas das Assembleias e Regulamento; iii) demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018; e iv) relatório trimestral elaborado pelo Administrador de 1T19.
8. As estimativas de inadimplência e níveis de perda do Fundo baseiam-se em metodologia própria, a qual considera as características de sua carteira atual e potencial e seu desempenho histórico e o desempenho de carteiras semelhantes disponíveis na base de dados da Austin Rating.
9. O nível de diligência da análise para o produto financeiro estruturado foi adequado ao padrão estabelecido pela Austin Rating. Foi realizada análise aprofundada sobre as informações recebidas acerca dos ativos subjacentes às Cotas classificadas do Fundo.
10. A classificação das Cotas será revisada e atualizada trimestralmente, conforme previsto no item VIII do artigo 34 da instrução CVM nº356/2001. Até o 45º (quadragésimo quinto) dia após o encerramento do trimestre em análise, será divulgado Relatório de Monitoramento, contendo a opinião atualizada da Austin Rating sobre o risco de *default* do Fundo em relação às Cotas classificadas, por ele emitidas. A Austin Rating salienta que poderão ser realizadas ações de rating a qualquer tempo, inclusive no intervalo entre os monitoramentos trimestrais previstos.
11. A Austin Rating adota políticas e procedimentos que visam mitigar potenciais situações de conflitos de interesse que possam afetar o desempenho da atividade de classificação de risco e seus resultados. O presente processo de classificação de risco está isento de situações de potencial conflito de interesses, incluindo aquelas previstas na Instrução CVM Nº 521/2012.
12. Na data do presente relatório, a Austin Rating não presta qualquer serviço direto para o Banco J. Safra S/A, porém atribui ratings de crédito para outros fundos que estão sob sua gestão, os quais podem ser consultados no website dessa agência, em: <http://www.austin.com.br/Ratings-FIDCs.html>. Nesta data, a prestação de serviços da Austin Rating para o Administrador e para o Custodiante do Fundo limita-se a outros fundos dos quais são partes relacionadas, dando-se, assim, apenas de forma indireta. Atualmente, a Austin Rating também atribui ratings de crédito para Cotas do(s) seguinte(s) Fundo(s) com as mesmas partes a esta relacionadas: Step Up FIDC NP, Step-Up III FIDC NP, Step-Up IV FIDC NP, Step Up V FIDC NP, Step Up VI FIDC NP, Step Up VIII FIDC NP e Step Up IX FIDC NP.
13. O serviço de classificação de risco das Cotas foi solicitado em nome do Fundo por partes a ele relacionadas. Desse modo, houve compensação financeira pela prestação do serviço.
14. A classificação foi comunicada ao Contratante e a outras partes ligadas ao Fundo, via e-mail, em 25 de julho de 2019. Não foram realizadas alterações relevantes no conteúdo deste e nem tampouco promovida alteração na classificação atribuída inicialmente em razão dos comentários e observações realizados pelo contratante.
15. Este documento é um relatório de classificação de risco de crédito, para fins de atendimento ao que dispõe o artigo 16 da Instrução CVM Nº 521/2012.

DISCLAIMERS/AVISOS LEGAIS

A AUSTIN RATING NÃO AUDITA AS INFORMAÇÕES UTILIZADAS PARA A ATRIBUIÇÃO DE UMA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO, NÃO LHE SENDO POSSÍVEL ATESTAR A VERACIDADE DAS MESMAS. As classificações de atribuídas pela Austin Rating baseiam-se em informações consideradas suficientes para a emissão de uma classificação, sendo tais informações coletadas de fontes consideradas confiáveis e fidedignas. Essas informações, incluindo todo o tipo de informação confidencial, são analisadas na forma como são recebidas e, eventualmente, compiladas pelos analistas designados para a análise, tornando-se os devidos cuidados para que não haja alteração no sentido ou significado das mesmas. Não obstante os cuidados na obtenção, cruzamento e compilação da informação para efeitos da análise de rating, a Austin Rating não pode se responsabilizar pela veracidade de referidas informações. A Austin Rating utiliza todos os esforços para garantir o que considera como nível mínimo de qualidade da informação para que se proceda a atribuição dos seus ratings, fazendo, sempre que possível, a checagem dessas informações com outras fontes também confiáveis. Contudo, a Austin Rating não faz a auditoria de tais informações e nem sempre pode realizar a verificação ou confirmação das informações recebidas durante um processo de rating, não lhe sendo possível, desse modo, atestar a veracidade das mesmas.

AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO EMITIDAS PELA AUSTIN RATING, INCLUINDO AQUELA(S) EXPRESSA(S) NESTE DOCUMENTO, CONSISTEM EM OPINIÕES SOBRE A QUALIDADE DE CRÉDITO FUTURA DE UM EMISSOR E/OU EMISSÃO, E NÃO DEVEM SER ENTENDIDAS COMO SUGESTÕES, ACONSELHAMENTOS OU RECOMENDAÇÕES DE COMPRA, MANUTENÇÃO OU VENDA. As opiniões e as eventuais simulações realizadas pela Austin Rating, incluindo aquelas dispostas neste relatório, constituem-se meramente no julgamento da Austin Rating acerca da capacidade e da vontade futuras de um emissor em honrar suas obrigações totais e/ou específicas, sendo tal julgamento expresso por meio de símbolos (letras), que consistem graduações dentro de escalas absoluta (global) ou relativa (nacional). A Austin Rating não utiliza nessas escalas as definições de "grau de investimento" e de "grau especulativo". Essa agência entende não caber a ela, mas sim aos agentes de mercado, a definição de quais graduações podem ser considerados como "grau de investimento" e de "grau especulativo". A determinação de uma classificação de risco pela Austin Rating não consiste e não deve ser considerada como sugestão ou recomendação de investimento, manutenção ou desinvestimento. A Austin Rating não presta serviços de consultoria de investimento. **AS OPINIÕES EMITIDAS PELA AUSTIN RATING, INCLUSIVE AQUELAS CONTIDAS NESTE RELATÓRIO, NÃO DEVEM SUBSTITUIR A ANÁLISE E O JULGAMENTO PRÓPRIOS DOS USUÁRIOS DOS RATINGS, ESPECIALMENTE DOS INVESTIDORES.**

AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO DA AUSTIN RATING NÃO PRESSUPÕEM A CERTEZA DE FATOS. As opiniões externadas pela Austin Rating em seus relatórios de classificação de risco referem-se à qualidade creditícia futura, incorporando determinadas suposições e previsões sobre eventos futuros que podem não se concretizar (tornarem-se fatos). Desse modo, a despeito de estarem baseadas em informações e fatos presumidamente verdadeiros, as classificações podem ser afetadas por acontecimentos futuros ou condições não previstas no momento de uma ação de rating.

AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO ATRIBUÍDAS PELA AUSTIN RATING SÃO OPINIÕES VÁLIDAS EXCLUSIVAMENTE PARA A DATA EM QUE SÃO EMITIDAS. A Austin Rating possui mecanismos de vigilância apropriados e envia seus melhores esforços para que suas opiniões (ratings) estejam atualizadas, programando revisões com o menor intervalo de tempo possível entre elas e fazendo revisões não programadas sempre que de conhecimento de fato novo e relevante. Contudo, essa agência não pode assegurar que todas as informações, especialmente aquelas de caráter não público, estejam refletidas tempestivamente em suas classificações, ou que fatos supervenientes à emissão de uma determinada classificação de risco não afetem ou afetarão a classificação de risco. As classificações e demais opiniões que sustentam refletem a percepção do Comitê de Classificação de Risco dessa agência exclusivamente na data em que as mesmas são emitidas (data de emissão de relatórios, informativos e outros documentos oficiais).

OS RATINGS DE CRÉDITO EMITIDOS PELA AUSTIN RATING ESTÃO SUJEITOS A ALTERAÇÕES E PODEM, INCLUSIVE, SER SUSPENSOS DENTRO DE UM PRAZO DE VIGÊNCIA DE UM CONTRATO. As classificações podem ser alteradas ou retiradas a qualquer momento e por diversas razões, de acordo com os critérios metodológicos da Austin Rating para o tipo de emissor / emissão classificado. Uma classificação pode ser suspensa e/ou a retirada nas hipóteses em que a Austin Rating identificar: (i) a ausência de informações fidedignas e/ou suficientes para a continuidade da análise, quando ainda há contrato comercial vigente; (ii) a existência de potencial conflito de interesses; e/ou (iii) a não existência e/ou não disponibilização de informações suficientes para realização de referida análise e emissão do rating.

AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO ATRIBUÍDAS PELA AUSTIN RATING NÃO DEVEM SER COMPARADAS A CLASSIFICAÇÕES ATRIBUÍDAS POR OUTRAS AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS DE RISCO. Em que pese a simbologia adotada pela Austin Rating seguir intencionalmente o padrão adotado pela maioria das agências classificadoras de risco atuantes sob a jurisdição local, suas classificações não devem ser diretamente comparadas às classificações de outras agências de rating, uma vez que suas definições de default e de recuperação após default e suas abordagens e critérios analíticos são próprios e diferem daqueles definidos e aplicados por outras agências.

OS RATINGS DE CRÉDITO EMITIDOS PELA AUSTIN RATING NÃO CONSIDERAM O RISCO DE PERDA DERIVADO DE OUTROS RISCOS QUE NÃO O RISCO DE CRÉDITO, A NÃO SER QUE TAIS RISCOS SEJAM ESPECIFICAMENTE MENCIONADOS EM SEUS RELATÓRIOS E PARECERES FORMAIS. Não obstante a Austin Rating dedicar-se a analisar e ponderar todos os riscos inerentes a um emissor e/ou emissão, incluindo riscos de natureza jurídica e moral, a fim de identificar seu impacto sobre o risco de crédito, as opiniões quanto aos riscos de mercado e liquidez de ativos classificados, por exemplo, não fazem parte do escopo da análise e, por isso, não são consideradas na classificação de risco de crédito. Caso solicitado pelo contratante, a Austin Rating pode fazer análises específicas quanto a riscos de mercado e liquidez de determinados ativos, sendo nesses casos referida avaliação sempre será segregada da análise do risco de crédito e identificada como tal.

OS RATINGS E DEMAIS COMENTÁRIOS EMITIDOS PELA AUSTIN RATING, INCLUINDO AQUELES CONTIDOS NESTE DOCUMENTO, REFLETEM OPINIÕES DO COMITÊ DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA AUSTIN RATING, E NÃO A OPINIÃO DE UM INDIVÍDUO OU DE UM GRUPO DE INDIVÍDUOS INDISTINTO. As decisões sobre classificações de risco de crédito são tomadas por um Comitê de Classificação de Risco, seguindo metodologias e critérios padronizados para cada tipo de emissor e/ou emissão. Em seus relatórios, informativos e outros documentos oficiais com opiniões de crédito, a Austin Rating divulga os nomes de analistas e membros do Comitê de Classificação de Risco com a finalidade de cumprimento ao disposto no Item I do Artigo 16 da Instrução CVM 521/2012, assim como com o objetivo de favorecer a comunicação com os contratantes, investidores e demais usuários de seus ratings, exclusivamente no que diz respeito a dúvidas e comentários ligados a assuntos analíticos decorrentes da leitura e do entendimento de seus relatórios e pareceres formais por essas partes. Não obstante a existência de um canal aberto com os analistas, estes estão orientados a não comentarem sobre os ratings emitidos e a não emitirem opiniões pessoais acerca dos riscos, sendo que, caso o façam, tais comentários e opiniões jamais devem ser entendidos como a opinião da Austin Rating. Do mesmo modo, os analistas e demais colaboradores identificados neste relatório, embora estejam diretamente envolvidos no processo de análise, não são os únicos responsáveis pelas opiniões e, portanto, não devem ser responsabilizados individualmente por qualquer erro ou omissão eventualmente observados neste, nem tampouco pela classificação atribuída.

A AUSTIN RATING NÃO ASSESSORA E/OU PARTICIPA DE PROCESSOS DE COLOCAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO E NEM PARTICIPA DE "ROAD SHOWS" PARA A VENDA DE ATIVOS POR ELA CLASSIFICADOS E, AINDA, SEUS RELATÓRIOS NÃO DEVEM, EM NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA, SUBSTITUIR OS PROSPECTOS E OUTROS DOCUMENTOS, OBRIGATÓRIOS POR LEI OU NÃO, RELACIONADOS A UMA EMISSÃO.

EM NENHUMA HIPÓTESE E SOB NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA, A AUSTIN RATING E/OU SEUS SÓCIOS, DIRETORES E DEMAIS COLABORADORES DEVEM SER RESPONSABILIZADOS DE QUALQUER FORMA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, POR DANOS DE QUALQUER ORDEM E NATUREZA, INCLUINDO, PORÉM NÃO LIMITANDO-SE À PERDA DE LUCROS E RENDIMENTOS E CUSTOS DE OPORTUNIDADE QUE SEJAM DECORRENTES DO INVESTIMENTO EM EMISSORES E OU TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS POR ESSES EMITIDOS QUE MANTENHAM OU TENHAM MANTIDO A QUALQUER TEMPO CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO DEFINITIVA OU PRELIMINAR PELA AUSTIN RATING, INCLUINDO A(S) CLASSIFICAÇÃO(ÕES) EXPLICITADA(S) NESTE DOCUMENTO. DO MESMO MODO, A AUSTIN RATING SE ISENTA DE TODO E QUALQUER TIPO DE DANO OCASIONADO A TERCEIROS POR QUALQUER OUTRO TIPO DE CONTEÚDO PUBLICADO EM SEUS RELATÓRIOS E INFORMATIVOS E EM SEU WEBSITE, BEM COMO POR AQUELES DECORRENTES DE ATRASO NA DIVULGAÇÃO DE OPINIÕES ATUALIZADAS.

© 2019 Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. (Austin Rating). Todos os direitos reservados. **TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS POR LEI. NENHUMA PARTE DESTA DOCUMENTO PODERÁ SER COPIADA, REPRODUZIDA, REEDITADA, TRANSMITIDA, DIVULGADA, REDISTRIBUÍDA, REVENDIDA OU ARMAZENADA PARA USO SUBSEQUENTE PARA QUALQUER FIM, NO TODO OU EM PARTE, EM QUALQUER FORMA OU POR QUALQUER MEIO QUE SEJA, ELETRÔNICO OU MECÂNICO, INCLUINDO FOTOCÓPIA, GRAVAÇÃO OU QUALQUER OUTRO TIPO DE SISTEMA DE ARMAZENAMENTO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, E POR QUALQUER PESSOA SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO POR ESCRITO DA AUSTIN RATING.**